



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

para os devidos fins.

Em

10/10/23

Condição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Recursais

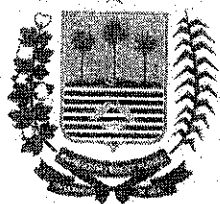
Marcelo Lima  
Secretaria Legislativa

Ao Deputado Helio Inacio

para relatar.

Em

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Hélio Isaías**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI 265/23 ENCAMINHADO ATRAVÉS DE PROPOSIÇÃO DO  
DEPUTADO HÉLIO RODRIGUES**

**EMENTA:** Dispõem sobre a importância da pavimentação asfáltica e poliédricas das vias públicas e do prazo para a manifestação do gestor Municipal acerca da assinatura de Termo de Cooperação Técnica proposto pelo Estado do Piauí.

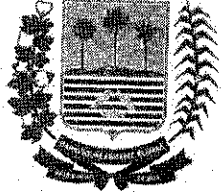
**RELATOR:** Deputado **HÉLIO ISAÍAS**

**1 – RELATÓRIO:**

Trata-se de Mensagem de autoria do Deputado Hélio Rodrigues que “Dispõem sobre a importância da pavimentação asfáltica e poliédricas das vias públicas e do prazo para a manifestação do gestor Municipal acerca da assinatura de Termo de Cooperação Técnica proposto pelo Estado do Piauí”.

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual proponente da presente medida justifica a propositura afirmando que a “pavimentação de ruas proporciona maior conforto e qualidade de vida a população, melhorando condições de limpeza, contribuindo para a saúde pública ao minimizar doenças, aumentando a segurança e gerando economia no transporte de pessoas e mercadorias, através de menor desgaste de veículos particulares e de transporte público. Além disso, possibilitar melhor mobilidade, corrigindo imperfeições nas vias que poderiam causar acidentes”.

Diz que “a execução dessa espécie de obra estruturante é, nos termos da Constituição Federal e Estadual do Piauí vigentes, uma política pública cuja competência deve ser compartilhada entre o Estado do Piauí e seus municípios. Logo, no contexto do interesse e da disponibilidade financeira do Estado do Piauí para executar a pavimentação de vias públicas e no contexto da



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Hélio Isaías**

inércia dos Municípios para realizá-la, esse projeto visa regulamentar – pautado no princípio da prevalência do interesse público – o prazo dos gestores municipais para se manifestarem acerca da proposta de celebração de Termo de Cooperação Técnica realizada para esse fim”.

Assim requer o apoio dos colegas para a aprovação da presente lei.

É o relatório.

**2 – VOTO DO RELATOR:**

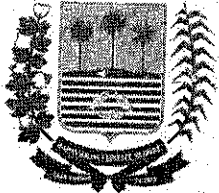
Sendo assim, nos termos dos art. 34 inciso I, 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, passo a emitir parecer.

A constitucionalidade de uma proposição legislativa deve ser avaliada à luz de dois aspectos essenciais: 1 – o aspecto formal, que envolve o respeito as normas do processo legislativo, sobretudo, regras a cerca da competência e da iniciativa para elaboração de leis; 2- e o aspecto material, que refere-se a compatibilidade do conteúdo da proposta de lei com o texto constitucional.

Destaque-se que da forma como se apresenta o presente projeto de Lei, a mesma trata-se de Lei meramente autorizativa. Dessa forma, a iniciativa cabe, também, a esta casa legislativa.

É de se destacar, ainda, a enorme relevância social do projeto, posto que agiliza o tramite da formalização do Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre Estado e Municípios.

Destaque- se que em pese o presente projeto de Lei implicar em alteração das normas gerais de licitação, prevendo a possibilidade de realização de termos de cooperação técnica de forma tácita, ele não vai de encontro ao que determina as Leis Federais vigentes que tratam da matéria (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.131/2023), que exigem a assinatura dos Termos de Cooperação Técnicas.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Deputado Hélio Isaías**

Frise-se que em que pese a competência para normas gerais de licitações de contratos ser da União, os Estados e Municípios podem legislar sobre Licitações e contratos, desde que seja de forma a complementar as normas gerais, adaptando-as a sua realidade, porém respeitando as normas gerais e princípios estabelecidos nas Leis Federais, que dentre eles está o princípio do formalismo, como no projeto em análise.

Assim, manifesto-me pela aprovação dessa proposição em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

**3 – PARECER DA COMISSÃO:**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

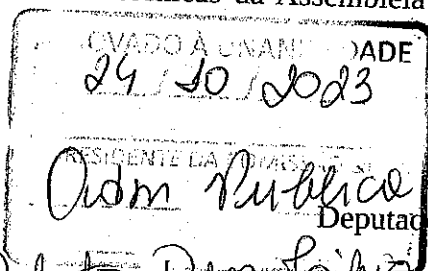
Em discussão, em votação:

- ☒ Pela Aprovação  
b) Pela rejeição

Concedido vista ao processo 265  
do Dep. Henrique Pires e  
Em 17/10/23 813a  
900m16

Presidente da Comissão de Justiça

Sala das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, de setembro de 2.023.



Relator Dep. Fábio NOVO Relator

Acatado parecer de Justiça  
Dep. Fábio NOVO  
na Comissão

